

Uma análise sobre a reforma do ensino médio brasileiro e a reprodução das desigualdades sociais

Un análisis sobre la reforma de la escuela secundaria brasileña y la reproducción de las desigualdades sociales

An analysis about the Brazilian reform of high school teaching and the reproduction of social inequalities

AUTORES

Max Alexandre da Silva*

maxquimica@bol.com.br

Adriana Aparecida de Souza**

drycacyda@yahoo.com.br

Dante Henrique Moura***

dantemoura2014@gmail.com

* Mestrando do programa de pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN, Brasil).

** Pós-doutoranda do programa de pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN, Brasil).

*** Doutor em Educação pela Universidad Complutense de Madrid (UCM, Espanha). Professor do programa de pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN, Brasil).

Araujo, R. M. de L. (2019). *Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais*. Uberlândia: Navegando Publicações.

RESUMO:

O livro intitulado *Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais* faz uma crítica à reforma do Ensino Médio concretizada pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Assim, a obra analisa o momento político que configurou a reforma do ensino médio no Brasil, bem como retrata a reprodução das desigualdades sociais no século XXI. O autor traz uma discussão sobre a reforma dessa etapa da educação básica, em seu contexto político, econômico e social e seus impactos para realidade social da classe mais empobrecida do país, a classe trabalhadora. Enfatiza também que essa lei amplia a dualidade educacional, o que fragiliza ainda mais o direito à educação dos jovens filhos da classe trabalhadora.

RESUMEN:

El libro, titulado *Escuela secundaria brasileña: dualidad, diferenciación escolar y reproducción de las desigualdades sociales*, hace una crítica a la reforma de la Escuela Secundaria concretizada por la Ley nº 13.415 del 16 de febrero de 2017. Así, el trabajo analiza el momento político que configuró la reforma de la escuela secundaria en Brasil, así como la reproducción de las desigualdades sociales en el siglo XXI. El autor trae una discusión sobre la reforma de esta etapa de la educación básica, en su contexto político, económico y social, y sus impactos en la realidad social para la clase más empobrecida del país, la clase trabajadora. También enfatiza que esta reforma amplía la desigualdad social, debilitando aún más el derecho a la educación de los hijos pequeños de la clase trabajadora.

ABSTRACT:

The book entitled *Brazilian high school: duality, school differentiation and differentiation of social differences*, criticizes the high school reform, accomplished by Law nº 13.415 of February 16, 2017. Thus, the work analyses the political moment that configured the high school reform in Brazil, as well as portrays the reproduction of social inequalities in the 21st century. The author brings a discussion about the reform of this stage of basic education, in its political, economic and social context, and its impacts on the social reality of the most impoverished class of the country, the working class. It emphasizes that this reform enlarges the social inequality, further weakening the right to education for young children of the working class.

Ronaldo M. L. Araujo foi bastante significativo em seu livro “Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais”, devido ao momento político que atravessa o ensino médio no Brasil com a reforma efetivada com a promulgação da Lei nº 13.415, aprovada em 16 de fevereiro de 2017. O autor possui grande relevância profissional no campo de estudos transdisciplinares em educação básica/trabalho/educação, é também coordenador de grupos de pesquisa sobre trabalho e educação, com uma produção bibliográfica relevante para o campo da educação profissional. É membro da comissão da área de Educação junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atualmente, é superintendente de assistência estudantil da Universidade Federal do Pará (UFPA). Seu foco principal é compreender, analisar e pesquisar as relações entre trabalho e educação na conjuntura social.

Araujo, ao situar e categorizar os efeitos da reforma do ensino médio em seu livro, a partir da reprodução das desigualdades sociais, se fundamenta no materialismo histórico-dialético e, nesse sentido, apresenta a conjuntura educacional ao longo dos tempos no Brasil, trabalhando com as categorias: dualidade, desigualdade, diferenciação e diferença, a partir de autores contemporâneos, tais como, Algerbaile, Saviani, Kuenzer, Azevedo, Portela, Therborn, bem como de autores clássicos, como, Marx, Engels e Gramsci, dentre outros.

Inicialmente, na apresentação do livro, feita por Gaudêncio Frigotto, ícone das lutas pela educação no Brasil, Frigotto norteia a discussão com a negação sistêmica do ensino médio no Brasil ao longo de uma brutal desigualdade social e sua reprodução ampliada. Ele especifica a marca colonizadora e escravocrata da classe dominante e propõe como solução a universalização da educação básica como travessia para a cidadania política e econômica. Além disso, o apresentador reforça que a dualidade é uma correlação de forças entre lutas de classes, bem como relembra pontos da reforma do ensino médio como os V itinerários formativos e a flexibilização do currículo.

O livro de Araujo está dividido em introdução, duas seções e a conclusão. Na introdução, o autor se apropria da afirmação do historiador Petitat (1994) para pronunciar as bases da dualidade da educação estatal como forma de reprodução da separação dos tipos de escola destinados à classe dominante e à classe trabalhadora. Ademais, traz a subordinação dos processos educativos ao mercado pelos liberais que se apropriaram da Teoria do Capital Humano, de Schultz (1973), e defendem uma educação com fins mercadológicos subjugada aos interesses das necessidades do capital.

Ainda na introdução, Araujo afirma a necessidade inerente de o capitalismo reproduzir os dois tipos de escolas para o seu modelo principal, como forma de garantir a continuidade do ciclo dual histórico do futuro. Uma escola de caráter instrumental com um labor destinada aos filhos da classe trabalhadora e outra escola para a classe média e burguesa com atividades científicas, culturais e das artes.

1. Sobre dualidade, desigualdade e diferença

Na primeira seção, que corresponde ao primeiro capítulo, são apresentados os conceitos dualidade, desigualdade e diferença, como marcas históricas ao longo do tempo na educação brasileira. Esse capítulo destaca que, enquanto existir a divisão de classes na nossa sociedade, será impossível ter uma escola única para todos. Segundo o autor, o capitalismo precisa gerar pobreza e desigualdade para repatriar riquezas em prol de um pequeno grupo dominante. Nesse contexto, fica explícito que a escola é o ambiente mais propício para a formação, manutenção,

PALAVRAS-CHAVE

Reforma do ensino médio; políticas públicas; desigualdades sociais.

PALABRAS CLAVE

Reforma de la escuela secundaria; políticas públicas; diferencias sociales.

KEYWORDS

High school reform; public policy; social differences.

Recibido:
03/04/2020

Aceptado:
16/09/2020

conscientização e preparação de futuros cidadãos conscientes e preparados para viver em sociedade. Com tal importância, a escola se torna um ambiente de disputas entre os diversos modelos vigentes de sociedade, para implantarem seus modelos ideológicos como forma de reproduzir e garantir avanços e crescimentos de seu ideário. Em consonância com essa ideia, a reforma do ensino médio implantada é uma forma de oferta que cada vez mais separa, reduz e estratifica a sociedade. Essa reforma se baseia em falsas necessidades de fragmentação no modelo educacional para atender aos diversos grupos sociais e minoritários que detêm o poder no Brasil.

Além disso, o autor, ao abordar os conceitos de diferença e desigualdade, explica a aceitação popular para a reforma, bem como justifica a conformação das diferentes formas de ensino médio oferecido no Brasil.

2. A proposta de itinerários formativos como estratégia de diferenciação escolar e os riscos de aprofundamento das desigualdades com a reforma em curso no ensino médio brasileiro

A segunda seção começa mostrando o contexto da reforma e as principais mudanças a serem promovidas para, em seguida, explicitar a ideia de educação mínima subjacente à implantação dos itinerários formativos como estratégia de hierarquização escolar. Finaliza a seção afirmando o risco de vulnerabilização de jovens e profissionais da educação.

O autor mostra não só que foram deixados de lado os impactos que podem causar a reforma do ensino médio sobre a realidade brasileira, mas também que essa reforma apresenta um modelo capitalista de educação com viés mercadológico para o interesse do capital, visto que a maioria dos alunos do ensino médio no Brasil se encontra na rede estadual de ensino, onde estudam os jovens pobres em sua grande maioria. Mostra, além disso, que essa mudança proposta pela reforma, com uma oferta de ensino fragmentado em itinerários e não integral, tira do aluno o direito a uma educação completa e, conseqüentemente, a oportunidade educacional que lhe possibilitaria a continuidade de estudos em nível superior. Ele enfatiza o histórico da implantação da reforma do ensino médio sob sua forma aligeirada e seus principais interlocutores em defesa imediata de aprovação da reforma como também apresenta as origens e os interesses reais nessa aprovação.

Araujo destaca ainda que, no contexto da reforma, retornamos à década de 90, período em que se tentou implantar uma reforma do ensino médio coligado às demandas imediatas do setor produtivo, o qual conferiu um viés mais instrumental, ou seja, pronto para as cadeias produtivas de baixa qualificação social e inserto no modelo político atual. Assim, norteia sua discussão a partir dos possíveis retrocessos no tocante aos direitos sociais, aos direitos dos trabalhadores com a reforma trabalhista e às garantias das minorias.

Vale ressaltar que a fragmentação na formação dos jovens proposto pela reforma se dá por dois pontos cruciais: a fragmentação em cinco itinerários formativos, que se apresentam totalmente desvinculados e flexibilizados de todos os demais existentes e a introdução da escola de ensino médio em tempo integral, em que o autor mostra a timidez dos investimentos numa modalidade de ensino que requer muito mais atenção e investimentos de recursos financeiros, visto que o aluno ficaria mais tempo na escola. Quanto aos itinerários formativos, o autor acrescenta um possível reconhecimento avaliativo quanto a sua competência pessoal e não só pelas provas e testes de aptidão formativa referente a um determinado conhecimento, a possibilidade de integralização de 40% da carga horária do currículo por ensino a distância, o que intensificaria a flexibilização já existente, tendo em vista a não obrigatoriedade da presença física do aluno na escola. Fato contrário à lógica de que quanto maior o tempo formativo do aluno na escola, maior seria a sua capacidade de absorção dos conhecimentos ali apresentados.

Outro ponto debatido pelo autor no texto proposto da reforma, refere-se à obrigatoriedade apenas das disciplinas de português, matemática e língua estrangeira. Além da retirada das disciplinas das ciências naturais e sociais, justamente as que dariam suporte para um aluno crítico e cidadão capaz de influenciar a nossa sociedade para um avanço técnico e científico e a sua verticalização para o ensino superior.

Sobre o itinerário formação profissional técnica, o autor alerta para a visão minimalista, que se revela separada dos outros itinerários, mostrando ainda mais a fragmentação e desvinculação da escolarização completa como uma integralidade do ser humano. Outro fator é a permissão legal para que profissionais sem licenciatura ou mesmo graduação, profissionais com notório saber, possam atuar como professores das disciplinas de áreas técnicas. Essa alternativa vista na reforma prevê módulos e aulas à distância que favoreceriam as transferências de recursos financeiros da esfera pública para a esfera privada, já que passaria a existir, para os alunos, a certificação por competências adquiridas em experiência laborais e não mais nas áreas que constem no catálogo nacional dos cursos técnicos pela facilidade de contratação e acomodação de quantidade e não mais de qualidade do serviço oferecido.

3. Conclusão

Na conclusão, o autor mostra que o conceito de dualidade não seria suficiente para dialogar com a realidade do ensino médio brasileiro e com a reforma pretendida pelo governo. Sendo assim, busca possíveis diferenças e aproximações também com o conceito de desigualdade nas áreas de trabalho e educação. Desse modo, conclui que “esses conceitos mais dialogam do que se excluem” (Araujo, 2019, p. 75).

Como resultado da efetivação da reforma do ensino médio, teríamos a intensificação das desigualdades e o agravamento da flexibilização do currículo para as grandes massas nas escolas, instituições onde a classe trabalhadora matricula seus filhos - o que levaria à permanência dos filhos da classe trabalhadora em cargos e funções menos especializadas e menos remuneradas no mercado de trabalho. Os filhos das classes elitistas, segundo o autor, fazem uso de uma educação mais seleta oriunda da rede privada de educação, na qual têm acesso à integralidade dos conhecimentos e do currículo.

Assim, para os filhos da classe trabalhadora são disponibilizados apenas estudos fragmentados em itinerários, aligeirados com certificações específicas para suprir as necessidades mercadológicas de funções que não demandam conhecimento complexo e domínio intelectual e sim força bruta de trabalho. Na contramão, os filhos da classe elitista que fazem uso da rede privada de ensino, teriam tempo, condições materiais específicas para se instruírem dentro das artes, ciências, cultura, cinema, relações sociais para prosseguirem seus estudos para o ensino superior e ocuparem os cargos mais altos e mais bem remunerados no mercado de trabalho.

O livro traz uma discussão atual, necessária além de enfatizar a discussão da dualidade educacional em que se apresentam dois tipos de escola: uma para classe trabalhadora (que tem ensino fragmentado, superficial e manual) e outra para a elite (que tem ensino crítico, amplo, nos estudos da ciência, cultura e tecnologia). Nesse sentido, amplia a discussão pois compreende que a dualidade permanecerá enquanto existir divisão de classe, enfatizando, assim, o papel da desigualdade social para a permanência da dualidade. Nesse contexto, a obra apresenta uma crítica à reforma do ensino médio alicerçada em ataques aos direitos sociais da classe trabalhadora. Portanto, acreditamos que traz uma contribuição não apenas para entendermos essa temática mais também para mostrar a necessidade de ampliar a reflexão sobre as políticas públicas no contexto da educação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Algebaile, E. (2009). *Escola Pública e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina.

Gramsci, A. (2006). Caderno 12. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Kuenzer, A. Z. (2011). EM e EP na produção flexível A dualidade invertida. *Revista Retratos da Escola*, 5(8). Recuperado de [<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/46/43>]. Consultado [05-12-2017].

Lei nº 13.415, 16 de fevereiro de 2017. (2017). Aprova a reforma do Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Recuperado em [<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/02/2017>]. Consultado em [29 julho de 2019].

Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da Economia Política* (F. Fernandes, Trad. e Introd., 2ª Ed.). São Paulo: Expressão Popular.

Petit, A. (1994). O surgimento dos sistemas escolares estatais: premissas e contradições. In A. Petit. *Produção da escola/produção da sociedade* (pp. 141-149). Porto Alegre: Artes Médicas.

Saviani, D. (1982). As teorias da Educação e o problema da marginalidade. *Cadernos de Pesquisa de São Paulo*.

Saviani, D. (1998). ¿Equidad o igualdad en educación? *Revista Argentina de Educación*, nº 25, 27-31.

Saviani, D. (2017). *A crise política atual: uma grande farsa*. Recuperado de [<https://avaliacaoeducacional.com/2016/04/02/saviani-e-golpe-sim/>]. Consultado em [01-05-2017].

Saviani, D. (1980). A filosofia da educação e o problema da Inovação em educação. In W. E. Garcia (Org.) *Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas*. São Paulo: Cortes.

Schultz, T. (1973). *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar.

Therborn, G. (2010). Os campos de extermínio da desigualdade. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 87, 145-156. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200009&lng=en&nrm=isso]. Consultado [18-11-2016].